

Conclusão

Este trabalho teve como referência principal a perspectiva foucaultiana da governamentalidade, na qual as relações de poder são definidas como a condução de condutas de sujeitos livres. Foi essa perspectiva que nos permitiu investigar o liberalismo clássico, o Estado providência e o neoliberalismo como modalidades distintas de racionalidade governamental. Sustentamos a hipótese de que cada racionalidade governamental específica, ao se instaurar, não apenas reconfigura os dispositivos de poder existentes, como também produz novos dispositivos e tecnologias de governo que visam o governo dos outros e o governo de si. Ao atuar sobre esses dois domínios os dispositivos de governo produzem modos de subjetivação.

De modo muito resumido, nosso objetivo nesse trabalho foi abordar, no primeiro capítulo, os deslocamentos conceituais que possibilitaram a emergência da noção de governamentalidade no pensamento de Foucault, abrindo um novo domínio de investigação das relações de poder, concebidas como condução de condutas.

Em seguida, no segundo capítulo, examinamos a emergência da economia política, da biopolítica, da racionalidade governamental liberal e a relação de implicação recíproca entre liberdade e segurança que caracterizava aquela arte de governar. Investigamos ainda o surgimento de uma ‘cultura política do perigo’ correlata do liberalismo e os mecanismos e técnicas de intervenção que atuavam no jogo segurança/liberdade, visando não apenas o governo econômico dos interesses, mas também a gestão dos perigos e dos riscos. Por fim, ainda nesse capítulo, apresentamos uma breve história do risco e algumas considerações sobre aquele conceito.

No terceiro capítulo, estudamos a racionalidade securitária característica do Estado providência que o transformou num Estado gestor de riscos. Examinamos ainda, de forma detalhada, a racionalidade neoliberal e os dispositivos e tecnologias de poder que ocasionaram a produção de um novo modo de subjetivação,

acompanhado de um processo de responsabilização que transferiu a gestão dos riscos para o âmbito da responsabilidade individual.

No quarto, e último capítulo buscamos apreender as condições sociais, econômicas e políticas, que possibilitaram a ascensão e o estabelecimento dos governos neoliberais a partir dos anos 1980. Em seguida, apresentamos a forma subjetiva produzida pela racionalidade neoliberal e indicamos de modo muito esquemático algumas vertentes possíveis de resistência àquela racionalidade.

Em linhas muito gerais, nossa intenção, considerando o conjunto da tese, foi investigar as estratégias e os modos de operar da governamentalidade neoliberal contemporânea partindo do pressuposto de que o risco é um dos dispositivos de governo mais importantes do neoliberalismo. Além disso, sustentamos também que o neoliberalismo produziu um modo de subjetivação que deu forma ao empresário de si constituído pelo seu capital humano – que deve ser acumulado e valorizado ao longo da vida. Acreditamos que a construção dessa nova subjetividade traz a racionalidade calculadora do risco integrada ao seu modo de funcionar, constituindo assim uma modalidade específica de subjetivação-sujeição neoliberal.

Um domínio no qual essa racionalidade do risco opera como forma evidente de governo, de condução de condutas é o da medicina. O desenvolvimento das pesquisas epidemiológicas, a partir dos anos 1950, permitiram definir certos hábitos e práticas cotidianas (em geral produtoras de prazer) como fatores de risco. Além disso, permitiram também associar o surgimento de sintomas ao tempo de exposição àqueles fatores (Vaz, 2007). De acordo com Vaz, as campanhas de saúde pública passaram então a ter como alvo, não os doentes, mas todos os que podem adoecer (Vaz, 2007, p. 114). O sujeito neoliberal, livre e autônomo, responsável por tudo que lhe acontece, é, sem dúvida, o destinatário privilegiado desse tipo de campanha e dos discursos dos riscos que envolvem a saúde e a doença difundidos na mídia. O empresário de si, que pretende valorizar seu capital saúde, mesmo não estando doente, deve abandonar certos hábitos prazerosos, e adotar outros que podem implicar esforço e desprazer, se quiser evitar adoecer no futuro.

Se as pesquisas científicas médicas descobriram as relações entre determinadas práticas cotidianas e doenças futuras, tornando cada indivíduo responsável pela sua saúde ou doença, a difusão dessas relações na mídia é uma tecnologia eficaz de governo das condutas e responsabilização individual. A eficácia dessa

tecnologia pode ser também justificada pela convergência da racionalidade probabilística que produz esses conhecimentos com a racionalidade calculadora que anima o empresário de si.

A difusão dos discursos sobre a ameaça dos riscos à saúde ligados a hábitos cotidianos é o exemplo de uma tecnologia de poder precisa que atua no espaço das condutas individuais e do governo de si. É um exemplo também de como a governamentalidade neoliberal faz do governo de si o objeto privilegiado de suas políticas. Mas ao convocar e incitar os indivíduos a se conduzirem como empresários de si essa forma de governo se expõe à dimensão de liberdade que esse modo de se conduzir implica. Existe sempre algum espaço de liberdade que torna possível a criação de novas modalidades de valorização de si, de novas práticas cotidianas, de novos modos de ser e de viver, que podem se constituir como contracondutas, como resistência às estratégias de valorização de si prescritas pela lógica competitiva neoliberal. A partir da perspectiva neoliberal, o capital humano é um bem a ser administrado e valorizado, mas sempre segundo os critérios da eficácia, da manutenção e extensão, da capacidade de produzir e de consumir. Talvez possamos encontrar nas intensidades do viver um outro critério de valorização de si, que não se reduza ao desejo de evitar a morte prolongando a vida. “O que se torna a vida se ela se reduz ao desejo de evitar a morte?” (Vaz, 2007, 110).